FÓRUM INTERSINDICAL SAÚDE – TRABALHO – DIREITO

Maio -2016
Informativo
ANO I - Nº 9

COORDENAÇÃO DESTA EDIÇÃO DIHS/ENSP/FIOCRUZ - PROJETOS ENSP 041- FIO-14, ENSP 006-FIO-15.

O Aedes Brasilis e a Saúde do Trabalhador

EDITORIAL

Nesta edição

Editorial – O Aedes Brasilis e a Saúde do Trabalhador	1
Entrevista – René Mendes	2-4
Artigo do mês – Danielle Barata	5
Perfil – Luiz Edmundo Quintanilha de Barros	6
Trabalhadores Anônimos – Rose & Antonio	7
Informes	8

O senador Cristovam Buarque, também professor da Universidade de Brasília, no dia 23/01/2016, em coluna do jornal 'O Globo', observou que o 'aedes brasilis' é uma espécie de zika social que atinge as crianças brasileiras de baixa renda. O seu efeito é devastador sobre o cérebro dessas crianças, porque elas não têm acesso à educação plena e continuada que as demais crianças de renda média e alta possuem. A educação, no Brasil, continua provocando uma microcefalia intelectual, condenando as crianças pobres a esse vírus social de efeitos que duram toda a vida. Pois observando o comportamento do aedes brasilis, suspeitamos que ele atinge também alguns adultos causando uma microcefalia patronal quando se trata da saúde do trabalhador. A microcefalia patronal que é semelhante à microcefalia intelectual e ética dos responsáveis pelas políticas públicas de saúde é a principal causa das mortes e doenças do trabalho. O Brasil que vem exibindo números assustadores de acidentes e doenças do trabalho só não é percebido por essas pessoas que, ao que tudo indica, estão contaminadas pelo aedes (zika) brasilis. E aí fica a pergunta: como combater essa epidemia de microcefalia patronal e governamental em matéria de saúde do trabalhador? As pesquisas que já começaram há muito tempo e só não avançaram por falta de incentivos governamentais apontam para algumas linhas de combate contra esse aedes.

A primeira linha é óbvia. A Constituição Federal/88 é a principal vacina contra o aedes brasilis. Se obedecessem o calendário vacinal constitucional os responsáveis pelas políticas públicas de saúde, nos 3 níveis de gestão do SUS, não seriam acometidos da microcefalia intelectual e ética que os tornam cúmplices da doença e morte no trabalho. E, de quebra, contribuiriam para evitar a zika patronal. A segunda linha também é óbvia. Uma das causas da microcefalia patronal é a sua incapacidade de perceber que a garantia da saúde no trabalho é um direito de cidadania dos trabalhadores que se sobrepõe ao descaso com que os empregadores tratam justamente aqueles que lhes sustentam com sua força de trabalho.

> ***"A microcefalia patronal que é semelhante à microcefalia intelectual e ética dos responsáveis pelas políticas públicas de saúde é a principal causa das mortes e doenças do trabalho."***

A terceira linha de combate ao aedes (zika) brasilis da morte no trabalho é a do enfrentamento direto. E este enfrentamento se chama Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT). Somente vigiando os processos produtivos predatórios, de forma inteligente, organizada e sistemática podemos fazer frente ao zika patronal. Para isso é preciso conjugar o movimento sindical e social, os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador e os pesquisadores da academia, intervindo e produzindo novos conhecimentos para a defesa da vida no trabalho. ■ ■ ■

*** Os editoriais do Boletim expressam a opinião da coordenação do Fórum Intersindical e nem sempre a de todos os participantes. A cada reunião ordinária, os editoriais são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.**

A fala da Saúde do Trabalhador

René Mendes é referência obrigatória nos textos acadêmicos de saúde do trabalhador. Médico com formação em saúde pública e notória experiência nacional e internacional no campo das relações saúde-trabalho, foi professor da Unicamp e da UFMG. Precocemente aposentado vem acompanhando a implementação da saúde do trabalhador, no Brasil, desde a década de 1970, e é vinculado à Associação Nacional de Medicina do Trabalho [ANAMT], onde foi presidente. Suas atividades como consultor empresarial lhe tornaram figura muitas vezes polêmica, retratada na presente entrevista, marcada pela emoção de seu depoimento e pela convicção reiterada de que navegar em campos contraditórios é preciso.

FIS – René, fale um pouco da sua trajetória no campo das relações saúde-trabalho.

René – Para mim, é uma alegria e uma emoção dizer, logo no início desta entrevista, que dos 70 anos de vida que acabei de completar, 45 foram intensamente dedicados ao campo das relações saúde-trabalho. Médico pela Escola Paulista de Medicina, em 1971, desde então, construí minha formação sobre as bases da Saúde Pública, na USP [Universidade de São Paulo]. Apoiado pela Fundacentro, (São Paulo), meu primeiro vínculo de trabalho no campo (1972-1976), num tempo de desafios maravilhosos, busquei combinar a prática clínica em Patologia do Trabalho, sob a orientação dos professores Bernardo Bedrikow (1924-2008) e Diogo Pupo Nogueira (1919-2003), com a formação acadêmica em saúde pública. Comecei pelo mestrado (1975), com o tema dos acidentes do trabalho em pequenas empresas; depois o doutorado (1978), com o tema da silicose pulmonar, até chegar à livre-docência (1985), com o paradigmático tema "*Doutrina e prática da integração da Saúde Ocupacional no Setor Saúde: contribuição para a definição de uma Política*". Apesar do termo "saúde ocupacional", na época ainda amplamente utilizado, a tese da tese era a de que o *locus* institucional da saúde do trabalhador deveria ser o da saúde, e não o do trabalho... Esta tese, direta ou indiretamente, refletia e continua a refletir o meu modo de entender e de lutar por essa bandeira, ao longo de minha trajetória, que foi caracterizada por uma rica alternância entre a carreira universitária e o exercício no setor público, nacional e internacional. Na universidade fui professor na Unicamp, na Escola de Saúde Pública da Universidade Johns Hopkins (1983-2014) e no Depto. de Medicina Preventiva e Social da UFMG, em Belo Horizonte (16 anos bem vividos), onde me aposentei como professor titular. Na verdade, dos 12 anos, até hoje, aos 70 anos, nunca parei de trabalhar... Na área pública, lutei por essa bandeira no Ministério da Saúde (1976/1977); no Centro de Saúde-Escola de Paulínia, onde fui diretor (1977); nas consultorias internacionais que realizei para a OPAS/OMS, a partir de 1977, até vir a ocupar o cargo de primeiro Assessor Regional em Saúde do Trabalhador, na sede da OPAS, em Washington (1982-1984).

> ***"Apesar do termo "saúde ocupacional", na época ainda amplamente utilizado, a tese da tese era a de que o locus institucional da saúde do trabalhador deveria ser o da saúde, e não o do trabalho..."***

Mais tarde, também foi minha luta como Secretário-Adjunto de Saúde no Estado de São Paulo (1987), e, novamente, no Ministério da Saúde, em rápida passagem em 1990/91.

Em suma, apesar da diversidade e riqueza, minha trajetória acadêmica não foi marcada pelos indicadores quantitativos formais de elevada produtividade - os quais até questiono -, mas por diversificada contribuição institucional no país e fora dele, assim como por densa produção didática no campo da Patologia do Trabalho, de 1980 até hoje, o que a levou a ser referência na Medicina do Trabalho, na Saúde do Trabalhador, na Saúde

Ambiental e, de certa forma, na Epidemiologia. O percurso internacional, como consultor e depois como funcionário da OPAS/OMS e da OIT, como professor visitante da Johns Hopkins, por 31 anos, e na vida associativa da Comissão Internacional de Saúde no Trabalho (ICOH), marcaram minha vida e meus interesses, sempre diversificados, amplificados e sem fronteiras, conceito não apenas geográfico, mas também político-institucional e ideológico, aplicável a tudo o que fiz e continuo fazendo. Sou um rebelde contumaz a todas as tentativas de "alinhamentos", "enquadramentos", "figurinos", "scripts", "rotulagens" e outras expressões, explícitas ou sutis, de dominação e submissão...

FIS – Como é transitar entre a Medicina do Trabalho/Saúde Ocupacional e a Saúde do Trabalhador, considerando as contradições e antagonismos conceituais entre as visões epistemológicas de suas abordagens?

René – Entendo que o campo da Saúde do Trabalhador é uma construção social universal, que, em nosso país, nos remete à transição dos anos 1970 e 1980, e que recebeu e continua recebendo contribuições de diferentes áreas do conhecimento e de distintas práticas, inclusive da Medicina e da Medicina do Trabalho, "pré-existentes"... Tentar apagá-las, ignorá-las ou mesmo combatê-las, além de impossível, não faria sentido como *processo*. "*O passado é uma lição para se meditar, não para se reproduzir*", dizia Mario de Andrade. Com minha formação na década de 1970, quando a Medicina do Trabalho em nosso país ainda era incipiente, adotei-a, conscientemente, para ajudar a transformá-la, por haver abraçado referenciais e valores da Saúde Pública, depois Saúde Coletiva, e da Epidemiologia, nas suas fronteiras com a Medicina Social. Daí, por exemplo, a decisão precoce e perene, de nunca trabalhar como médico do trabalho em alguma organização ou empresa. Mais tarde, meu engajamento consciente no movimento de construção daquilo que Elizabeth Dias e eu denominamos como *percurso* "da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador", em artigo paradigmático em nosso meio. Mencionei, aliás, minha tese de livre-docência que subsidiou a tese de doutorado da Profa. Elizabeth, na sua profissão de fé na utopia da saúde do trabalhador no SUS...

Devo mencionar, ainda, a honra de, ao lado de Pedro Elias Makaron e Luiz Carlos Morrone, entre outros, haver ajudado a promover uma abertura na ANAMT, já em 1987, quando o tema "*Da Medicina do Trabalho à Saúde dos Trabalhadores*" foi definido como oficial no V Congresso Nacional da então novel especialidade médica. A querida Professora Ana Maria Tambellini - companheira, amiga e ícone - brindou-nos com a conferência de abertura e colegas como José Luiz Riani Costa, Antonio Alves de Souza, Elizabeth Dias, articulados comigo - enquanto Diretor Científico da ANAMT - nos engajamos naquele incipiente, mas, rico movimento, com presença e protagonismo na 8ª Conferência Nacional de Saúde, na 1ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (1986) e no movimento sanitário constituinte, bem como o que trabalhou pela Lei 8.080/90. Assim, preferi lutar por essa construção, a partir da formação médica; da Medicina do Trabalho, capitalizando liderança, prestígio e visibilidade para, dialeticamente, estar dentro para mudar. Desde então eu entendia que a condição de "*insider*" poderia ajudar mais que a de "*outsider*"... E assim continuei, por exemplo, como Presidente eleito da ANAMT, por dois mandatos (2001-2007).

Importantes avanços conceituais, políticos e de práticas foram alcançados por meio dessa opção estratégica que, recentemente, recebeu o empenho de outros colegas dirigentes da ANAMT, como Zuher Handar, Ildeberto Muniz, Paulo Antonio Barros Oliveira, além da Profa. Elizabeth, eterna lutadora e sonhadora... Por certo, há contradições fundamentais e insuperáveis, e eu não as desqualifico, nem me considero ingênuo. Mas, acredito que poderemos ter mais consensos do que dissensos, e que é possível promover avanços interessantes, principalmente para os trabalhadores e as trabalhadoras, tendo os médicos do trabalho como aliados estratégicos, sem a sua "demonização"....

Termino lembrando Georges Canguilhem, que atribuía a Goethe a seguinte citação: "*De tempo em tempo, é preciso reescrever a história, não porque se descobrem fatos novos, mas porque se percebem aspectos diferentes, porque o progresso leva a pontos de vista que deixam perceber e julgar o passado, sob ângulos novos.*"

"...é possível promover avanços interessantes, principalmente para os trabalhadores e as trabalhadoras, tendo os médicos do trabalho como aliados estratégicos, sem a sua 'demonização'...."

FIS – Você tem recebido algumas críticas na linha de sua vinculação a determinadas posições ditas patronais em matéria de saúde do trabalhador. Isso procede? Como você considera essas críticas?
René – Desconheço alguém - vivo ou morto - que não tenha recebido críticas de outros, sobretudo quando se trabalha há mais de quatro décadas numa área temática intrinsecamente complexa e conflituosa. Como sou adepto da "resistência não violenta" de Mohandas Gandhi, de Martin Luther King e de Nelson Mandela - entre outros - cristão ecumênico, e filiado ao Partido Verde (PV), reconheço que meu estilo pessoal, profissional e político-ideológico combinaria melhor com a carreira diplomática no Itamaraty, do que com a saúde coletiva e saúde do trabalhador...
Capitalizei ao máximo minhas habilidades de, dialeticamente, lidar com o contraditório, transitar no meio de opostos, com respeito e dignidade, sem jamais haver tergiversado no essencial ético e na defesa da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras. Mas nem todos conseguem captar a necessidade de haver pessoas com esse perfil, e preferem a radicalização, quando não a difamação intencional.
A hipótese de posicionamentos supostamente patronais bate de frente contra a certeza patronal de meu compromisso com os trabalhadores. Com efeito, mais vezes a virtude ecumênica e negocial consegue resultados surpreendentes do que o fundamentalismo hostil e preconceituoso.
Viva a diversidade!

FIS – O que acha da iniciativa do Fórum Intersindical?
Acompanho com admiração e respeito a iniciativa, que tem as "digitais" de pessoas queridas e competentes como minha querida amiga Professora Maria Helena Barros de Oliveira e as que compõem a coordenação do Fórum.
Conceitualmente, perfeito. Operacionalmente, um constante desafio, até pela complexidade das diferenças, inclusive no próprio movimento sindical. Senti-me muito honrado pelo recente convite para ministrar a aula inaugural do Curso de Formação Intersindical em Saúde-Trabalho-Direito, de 2016.
Minha aproximação ao Fórum e ao Curso retrata, adequadamente, este momento em minha trajetória profissional, como brevemente resumida acima, pois estou cada vez mais motivado para partilhar com o movimento social um pouco do acúmulo alcançado no Brasil e no exterior. Faço-o como expressão de gratidão a Deus e à vida e, de certa forma, ao serviço público, pois, embora rotulado como um professor titular "aposentado" e "inativo", posso, devo e quero compartilhar aquilo que construí e alcancei.

FIS – Como vislumbra a saúde do trabalhador no Brasil dos próximos anos?
René – Gosto de Mario Lago, quando dizia que "quando deixarmos de ter esperança, é melhor apagar o arco-íris". Aliás, na Filosofia, sou estudioso do "Princípio Esperança", de Ernst Bloch (1885-1977) e de Jürgen Moltmann, em função de sua "Ética da Esperança"...
Cito-os todos, não por erudição, mas por *princípio*, pois havendo sido um dos idealizadores e protagonistas do movimento da saúde do trabalhador no Brasil, a única alternativa que aceito é continuar movido à esperança, e jamais desistir da utopia. Porém, será necessário correr atrás das novas realidades - com pressa e serenidade - para tentar apreendê-las melhor, a fim de atualizarmos e "repaginarmos" nossos "credos".
Não pretendo dizer *o quê* e *como*, mas tenho certeza de que as novas configurações sociais, econômicas, institucionais e políticas estão a requerer, urgentemente, que nos despojemos do "velho", e que abramos os nossos corações e as nossas mentes ao "novo". Refiro-me às novas configurações do trabalho; às metamorfoses ardilosas do capital; às configurações da População Economicamente Ativa (sobretudo no atual contexto recessivo); às novas configurações da economia; às configurações institucionais que vieram dos anos 1980 e, até mesmo, ao próprio conceito de "saúde", de "trabalhador" e de "saúde do trabalhador". Abrir-se para o novo não requer desconstruir o que existe, nem é revisionismo, nem retrocesso. Viva a vida!

■ ■ ■

[entrevista concedida on-line à coordenação – abril 2016]

Saúde do Trabalhador nas Convenções Coletivas de Trabalho

Danielle Barata

artigo do mês

A luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, contra a exploração ilimitada do corpo, perpassa a história, desde a Revolução Industrial.

No Brasil, atualmente, existem 49 milhões de trabalhadores com contrato formal de trabalho (Relação Anual de Informações Sociais - Rais de 2013), dentro de um universo de 96 milhões de pessoas ocupadas. Isso significa que esses trabalhadores, chamados de trabalhadores formais, estão regulados e "protegidos" pelo Estado, mediante a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT/1943), onde se estabelecem regras na relação de trabalho entre o empregador (que compra a força de trabalho) e o empregado (que vende a força de trabalho).

A CLT estabelece em seu artigo 611 que os conflitos coletivos, existentes e originados na relação de trabalho, devem ser resolvidos através das Negociações Coletivas de Trabalho, onde as partes (representantes das classes patronal e trabalhadora) expõem suas insatisfações e apresentam suas reivindicações. Havendo acordo entre as partes formaliza-se um instrumento jurídico chamado de Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho. Esse instrumento jurídico tem força normativa, ou seja, força de lei, devendo as partes cumprirem todas as cláusulas ali acordadas, sob pena de coerção do Estado em caso de desobediência.

A Convenção Coletiva de Trabalho é "*o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais do trabalho.*"

Já o Acordo Coletivo de Trabalho é aquele firmado entre o sindicato e "*uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das empresas acordantes às respectivas relações de trabalho.*"

Sabemos que as negociações coletivas trazem o vício da hegemonia do capital e do interesse patronal em esticar a corda da exploração ao máximo possível.

E o aparelho de Estado (Ministério do Trabalho ou equivalente) pouco interfere para fazer prevalecer a saúde dos trabalhadores nas negociações, até porque as cláusulas de saúde nas convenções e acordos são muito tímidas em matéria de mudanças. É raro que o espaço das negociações coletivas sirva para que o sindicato apresente reivindicações que tratem da saúde do trabalhador ainda não reguladas pela lei. Ao mesmo tempo, nas negociações são estabelecidas cláusulas com reivindicações sobre questões já encontradas na lei. São cláusulas redundantes que não trazem qualquer benefício, por exemplo, a distribuição de EPI pelo empregador aos empregados (que já é obrigatória na NR 6). Também aparecem cláusulas com reivindicações que necessitam de operacionalização, sem especificar como fazê-lo, por exemplo, a poluição sonora na fábrica. Sindicato e empresa reconhecem o problema do ruído excessivo, estabelecem que é preciso melhorar, mas não negociam no acordo ou na convenção os planos e prazos para fazê-lo. Desse modo, a claúsula se torna "letra morta".

É fundamental valorizar esse espaço de luta pela saúde do trabalhador, negociando propostas objetivas e transformadoras. Em nosso país, por ser uma forma legítima de autorregulação entre o capital e o trabalho, sem a necessidade de lei elaborada pelo Poder Legislativo, cabe aos sindicatos utilizarem o espaço da negociação com conhecimento técnico e competência política e jurídica. Para isso, a formação intersindical em saúde-trabalho e direito é um dos caminhos auxiliares. ■ ■ ■

"Em nosso país, por ser uma forma legítima de autorregulação entre o capital e o trabalho, sem a necessidade de lei elaborada pelo Poder Legislativo, cabe aos sindicatos utilizarem o espaço da negociação com conhecimento técnico e competência política e jurídica."

Danielle Barata é advogada e mestranda da ENSP/Fiocruz. Em sua dissertação de mestrado discute as negociações coletivas de trabalho com os sindicatos participantes do Fórum Intersindical.

Trabalhadores propagandistas – peregrinos da terapêutica

LUIZ EDMUNDO QUINTANILHA DE BARROS

SINPROVERJ – Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro

PERFIL

Luiz Edmundo, depois de alguns anos como diretor sindical de relações parlamentares e sociais, é o atual presidente do Sinproverj. A atividade de propagandista é muito conhecida da classe médica, pois são esses trabalhadores que apresentam aos médicos e acadêmicos de medicina os produtos farmacêuticos, especialmente os medicamentos novos que chegam ao mercado.

É uma categoria profissional reconhecida e regulamentada desde 1975 e tem como marca as malas e valises que carregam em suas peregrinações pelos consultórios, ambulatórios e hospitais. Há alguns anos, quando a profissão era marcadamente masculina, as malas com os produtos, sempre muito pesadas, eram carregadas nas mãos. Atualmente, com o ingresso das mulheres na profissão, já se vê que a maioria dos profissionais carregam seus produtos em malas com rodinhas. É uma forma de prevenir um dos principais problemas da categoria que são os distúrbios osteo-musculares relacionados ao trabalho (LER-DORT). De qualquer forma, com as ruas de nossas cidades muito esburacadas e irregulares, nem sempre essa é uma medida que impede os problemas ergonômicos decorrentes da profissão. Outro problema de saúde, segundo Luiz Edmundo, é o *stress* e a carga mental desses trabalhadores. Algumas vezes são impedidos de entrar nos recintos médico-hospitalares e, muitas vezes, são obrigados a esperar muito para darem o seu recado, encurtando o tempo necessário para o cumprimento de suas metas. Outro problema estressante é o próprio desempenho como propagandista-vendedor, cujo discurso exige um grau de convencimento muito grande do trabalhador. Um aspecto interessante, relatado por Luiz Edmundo, é o que ele chama de farmácias-termômetro. Na região onde o trabalhador atua, os laboratórios farmacêuticos a que estão vinculados

[entrevista concedida à coordenação]

As farmácias-termômetro são o *big-brother* dos propagandistas-vendedores de produtos farmacêuticos. Através do receituário que nelas chega, os trabalhadores são monitorados em seu desempenho.

monitoram as vendas para avaliar o desempenho dos propagandistas-vendedores. Em função do maior ou menor receituário que chega nas farmácias o trabalhador é avaliado, numa espécie de *big-brother* que acaba sendo mais um fator de carga mental para os trabalhadores.

Finalmente, um outro problema da categoria é o fato de que muitos trabalhadores circulam por áreas e setores hospitalares com potencial de contágio, o que leva o sindicato a propor medidas e recomendações para que isso não ocorra.

Luiz Edmundo e o sindicato que preside são parceiros desde a inauguração do Fórum Intersindical e vários diretores frequentaram o Curso de Formação Intersindical em Saúde-Trabalho-Direito. ■ ■ ■

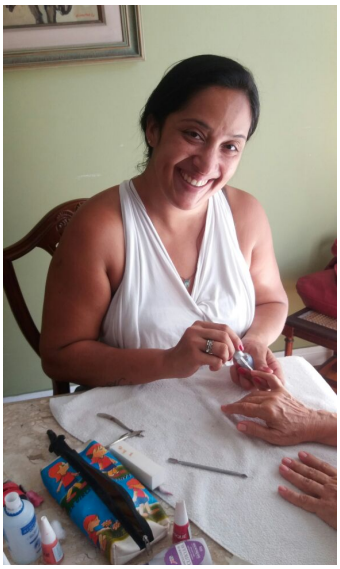
Roteiro para funcionamento dos Grupos de Trabalho (GT)

Os GT do Fórum são organizados sob a forma de câmaras técnicas para a discussão entre os seus participantes, nas vertentes de ensino, pesquisa e ação de vigilância. Os GT para funcionarem deverão ter como membros participantes representantes dos 3 segmentos: academia, serviço e sindicato. Cada GT terá, no período de instalação um facilitador, vinculado à Fiocruz, de modo a garantir sua logística inicial. À medida que o GT se consolidar será designado, por decisão de seus membros componentes, um coordenador e um suplente. As reuniões de cada GT serão agendadas de comum acordo entre seus membros. Espera-se entre as ações de cada um dos GT, com ênfase no seu eixo temático, propor e participar da execução de: debates, seminários, oficinas, reuniões técnicas, cursos de capacitação, laudos, pareceres, solicitação de audiências públicas e de inquéritos civis, pesquisas de saúde do trabalhador nas categorias interessadas e, entre outras, ações de vigilância em ST. As decisões e atividades propostas pelo GT serão levadas como informe para cada reunião ordinária do Fórum. São quatro GT: 1 – LER/DORT (Renato Bonfatti); 2 – Mulher e Trabalho (Luciene); 3 – Saúde Mental e Assédio Moral (Jacqueline); 4 – Acordo e Convenção Coletiva (Daniele e Fadel).

Trabalhadores Anônimos

Dando Visibilidade às Identidades Sociais

...unhas pintadas para a guerra...



Rosana Ramos da Silva, ou Rose para suas clientes, tem 36 anos e o 1º grau completo. Aos 19 anos, grávida de Taiane, sua 1ª filha, Rose pensou em reforçar o escasso orçamento familiar trabalhando como manicure, pois já desenvolvia a atividade com seus parentes. Daí, estendeu sua prática para vizinhos e conhecidos. Passados dois anos, pensando em formalizar seu trabalho, empregou-se em salões de beleza. Durante três anos trabalhou 40 horas semanais, de 3ª a sábado. Empunhando suas ferramentas – alicates, tesouras, lixas etc. – com destreza e rapidez, Rose contraiu sua 1ª tendinite, devido ao esforço e aos movimentos repetitivos. Mesmo com a mão direita (ela é destra) imobilizada parcialmente, a necessidade a obrigou a continuar trabalhando, com muito esforço e dor. Ganhando apenas comissões, nenhum de seus empregadores honrou os direitos trabalhistas que, originalmente, haviam-na motivado a se 'formalizar'. Além disso, Rose era obrigada a arcar com todas as despesas do material utilizado, dividindo igualmente os rendimentos com os sucessivos patrões que teve. Foi quando decidiu trabalhar por conta própria. Em virtude dos problemas de saúde que a acometeram naquele período e dada a dificuldade de seu ofício, principalmente das condições posturais, Rose hoje trabalha dois dias por semana, atendendo a domicílio. Tem orgulho de seu trabalho, pois conseguiu uma clientela cativa, com quem estabelece vínculos profissionais e emocionais, dividindo confidências com cumplicidade e apoio. Mesmo obrigada a fazer uso de anti-inflamatórios e analgésicos, nada a desanima em seu trabalho com amor e dedicação. Rose é um exemplo de mulher brasileira trabalhadora e anônima que, a despeito das dificuldades, exerce seu ofício com prazer e dignidade, pintando as unhas de outras mulheres, como se estivesse pintando-as para a guerra, a guerra pela dignidade no trabalho, especialmente o trabalho da mulher. ■ ■ ■

Meio século de cabelo, barba e bigode

Antonio Sampaio de Sales, cearense de Reriutaba, a cidade mais linda do Ceará, como ele gosta de dizer, tem 68 anos, três filhos e cinco netos. Seu currículo de barbeiro, em mais de meio século, tem como clientes de mendigos a presidente da República (Ernesto Geisel). Aluno de colégio interno de Viçosa (MG), após vir para o Rio com seis anos de idade num 'pau-de-arara', aos 12 anos resolveu aprender o ofício de barbeiro. A razão era muito simples. No colégio interno quando não estava em aula tinha que ir p'ra roça. Foi quando "*para escapar da enxada*", refugiou-se nas tesouras e pentes do salão do colégio. Deu certo. Antonio considera que a profissão de barbeiro propiciou-lhe criar muito bem seus filhos e lhe deu dignidade e um compromisso intransigente com a honestidade. Ainda menino, por ser órfão, passou um período no antigo SAM - Serviço de Assistência ao Menor, que era considerado uma "escola do crime". Por isso, Antonio se orgulha de sua honestidade e cita os políticos que vivem do dinheiro roubado do povo. Ele lembra do que sua avó dizia: "*Quem rouba um palito de fósforo rouba um caminhão de madeira*". Hoje aposentado e autônomo, Antonio tem motivos para se orgulhar de sua trajetória e ter como projeto de futuro visitar todos os anos a sua Reriutaba, a cidade mais linda do Ceará. ■ ■ ■

[entrevistas concedidas à coordenação]

INFORMES

A próxima reunião do Fórum Intersindical de Formação em Saúde - Trabalho - Direito (FIS) será no dia **03/06/2016**, de 09 às 13:00h no DIHS/ENSP - Prédio da Expansão da FIOCRUZ, localizado na Av. Brasil, nº 4036, sala 905, Manguinhos - Rio de Janeiro (direção Zona Norte).
O Fórum é uma iniciativa conjunta de várias instituições acadêmicas, sindicatos de trabalhadores e dos Cerest (Centros de Referência em Saúde do Trabalhador), aberto à participação de todos os interessados nas temáticas abordadas e na luta pela saúde do trabalhador.
Nesta próxima reunião teremos a oficina temática "A Crise da Previdência Social e a Perda de Direitos", conduzida pelo Professor Jairo da Matta.

Criado o Fórum Intersindical da Paraíba

No dia 30 de abril de 2016, no Auditório do Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações do Estado da Paraíba (SINTTEL-PB), foi instalado o FÓRUM INTERSINDICAL SAÚDE-TRABALHO-DIREITO de Formação para a Ação em Saúde do Trabalhador do Estado da Paraíba. Estiveram presentes diversos sindicatos e centrais sindicais, universidades locais e a Universidade Federal de Goiás, o Fórum Intersindical/RJ e o DIHS/ENSP/Fiocruz. A coordenação do Fórum da Paraíba é dos Cerest Estadual da Paraíba e Regional de João Pessoa. Acompanhe as atividades do Fórum/PB pelo blog: http://cerestmacrojp.wix.com/fistdpb

Curso de Formação Intersindical em Saúde-Trabalho-Direito

O III Curso Intersindical está em andamento! Participam dele profissionais dos Serviços de Saúde do Trabalhador e sindicalistas. Após a conferência de abertura com o Prof René Mendes, já tivemos aulas sobre o SUS - história, doutrina e organização - e Teoria da Formação do Estado. A próxima aula será dia 20/05 sobre a Revolução Industrial, Legislação Trabalhista e Previdenciária. Ainda dá tempo de participar! Maiores informações no email: cursointersindical@gmail.com

1º Encontro de Cipeiros do Sintsama

No dia 28 de abril de 2016 foi realizado o 1º Encontro de Cipeiros do Sintsama. O evento, promovido pelo Zulu, Adão e demais companheiros do Fórum Intersindical Saúde-Trabalho-Direito contou com 50 participantes.

Venha Para o Fórum Intersindical – Juntos fazemos a diferença da Saúde do Trabalhador

Coordenação:
Ana Paula Bragança (mestranda ENSP/FIOCRUZ)
Luciene Aguiar (doutoranda ENSP/FIOCRUZ)
Jacqueline Wilhem Caldas (mestranda ENSP/FIOCRUZ)
Renato José Bonfatti (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ)
Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

Fórum Intersindical de Formação em Saúde-Trabalho-Direito para a Ação em Saúde do Trabalhador
Av. Brasil, 4036 sala 905, Manguinhos - CEP: 21.040-361
Rio de Janeiro – RJ - Telefone: (21) 3882-9222/9223
forumintersindical@gmail.com